



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638441 - MG (2021/0000778-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : RODRIGO PIVA VERONESI
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : FABRICIO BATISTA FIDENCIO (PRESO)
CORRÉU : EDMILSON FERREIRA MARTINS JUNIOR
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FABRICIO BATISTA FIDENCIO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.556704-3/000).

O paciente encontra-se preso preventivamente e foi condenado às penas de 8 anos de reclusão e de 800 dias-multa, em regime fechado, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

O impetrante sustenta que há constrangimento ilegal por não ter sido observado o art. 316, parágrafo único, do CPP, pois a prisão preventiva ultrapassa 90 dias sem que tenha havido a reavaliação dos fundamentos que indicaram a necessidade da custódia cautelar.

Requer, liminarmente, a concessão de liberdade provisória. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja ratificada a liminar concedida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas

preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente